

TRADUÇÃO: TEORIAS E CONTRASTES*

Cristina Carneiro RODRIGUES **

RESUMO: Este trabalho é uma discussão dos pontos em que se baseiam as duas principais correntes teóricas da Tradução: a teoria de base lingüística e a teoria de base textual e pós-estruturalista. São três as questões centrais examinadas: o conceito de Tradução, o foco do processo interpretativo do texto a ser traduzido e o problema da tipologia textual. Estes pontos são analisados tomando-se como base dados quantitativos, referentes ao sujeito gramatical, levantados em três traduções para o português de um texto literário em inglês, e em duas traduções de um texto científico.

UNITERMOS: Tradução; tipologia textual.

Este artigo tem como objetivo analisar duas das correntes teóricas vigentes em tradução, com a apresentação dos pontos em que elas se baseiam, a explicitação daqueles em que contrastam, e sua discussão com base em dados empíricos.

A primeira dessas correntes fundamenta-se em teorias estruturalistas e tem sido exposta por diversos autores, dentre eles Georges Mounin (6), John Catford (5), Erwin Theodor (7), Geir Campos (4). Seus trabalhos têm objetivos diversos, mas todos baseiam-se na idéia de que os dados lingüísticos, as marcas explícitas presentes em textos, são o ponto de partida para a compreensão e explicação do processo tradutório. A análise sintática e semântica, complementada por um estudo de alguns fatores extralingüísticos, é suficiente para abordar a questão da Tradução.

Uma segunda corrente vai de encontro a essas idéias, questionando a visão estruturalista e formalista da língua (“logocentrista”), assim como as oposições literal x metafórico, científico x literário, conteúdo x forma. Essa posição tem sido defendida, na área da Tradução, por Rosemary Arrojo, em vários artigos e no livro *Oficina de Tradução* (3).

* Neste artigo são retomadas as linhas básicas da dissertação de mestrado *Tradução: Teorias e Contrastes* – PUC – SP, 1988.

** Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

As duas abordagens não divergem apenas em termos de pressupostos: colocam em discussão o próprio objeto de estudo da área. Para a corrente baseada em teorias lingüísticas, tradução é a compreensão, ou o resgate de significados presentes em um texto emitido em uma língua e sua transposição, ou transporte para uma segunda língua. Para a corrente baseada em teorias não estruturalistas, tradução não é resgate nem descoberta de significados, mas sua criação; não envolve transporte ou substituição, mas transformação.

As duas correntes também discordam em relação ao foco do significado. A primeira posição, de base lingüística, coloca o autor do Texto Original como o produtor do significado carregado pelo texto, que será extraído pelo tradutor. Arrojo (3), ao contrário, coloca o leitor/tradutor como produtor do significado, como aquele que decide, inclusive, qual é o papel do autor em sua produção. Cada uma dessas correntes aloca a produção do sentido em um dos pólos da relação autor/leitor.

Por um lado, considera-se que o texto é portador de significados dados pelo autor, e que um tradutor deve resgatá-los, reduzindo ao mínimo sua intromissão, neutralizando-se. Por outro lado, a corrente não-estruturalista considera que o texto original não é receptáculo de um conteúdo estável, nem da intenção do autor: o foco interpretativo é o leitor, que projetará significados de acordo com a sua formação, com as suas convicções, ou seja, de acordo com os padrões da comunidade interpretativa em que se insere.

A questão estende-se à tipologia de texto. A corrente de base lingüística considera que um texto literário é mais difícil de ser traduzido, porque nesse tipo de texto tanto a forma quanto o conteúdo são significativos; um texto científico é mais fácil, exceto por questões terminológicas, porque só seu conteúdo é significativo. A posição de base não-estruturalista considera que são as expectativas dos leitores, enquanto participantes de uma comunidade interpretativa, que diferenciam esses textos, e sua leitura/tradução será fiel às concepções da comunidade em relação ao que é “poético” ou “científico”, assim como aos objetivos daquela tradução específica. A produção de uma leitura/tradução não está atrelada a característica textual alguma, mas às convenções da comunidade a que o leitor/tradutor pertence.

A primeira posição, portanto, considera o literário e o científico como categorias, tipos identificáveis por suas características textuais, e a segunda posição defende a inexistência de qualquer característica textual objetivamente detectável que os diferencie.

As duas abordagens são, portanto, incompatíveis em relação a três aspectos:

1. quanto à concepção do processo tradutório;
2. quanto ao foco da compreensão ou da interpretação do significado;
3. quanto à questão da tipologia textual.

Tendo como objetivo iluminar as questões levantadas por essas correntes teóricas, foram coletados e analisados dados empíricos em traduções publicadas. Essa discussão não poderia, entretanto, ser fundamentada nos pressupostos de uma ou de outra

corrente. Foi, portanto, selecionado um elemento neutro, gramatical, que encaminhasse a pesquisa: o sujeito lingüístico, identificado em três traduções de um mesmo texto “literário” em inglês, e em duas traduções de um mesmo texto “científico” em inglês, publicadas em diferentes épocas (entre 1944 e 1974). Os textos foram desmontados em frases, cada frase teve seu sujeito identificado, e verificou-se a maneira pela qual foi traduzido. Foram detectados quatro grandes tipos de ocorrência (sujeitos recuperados, recuperações intermediárias, sujeitos deslocados e sujeitos não recuperados) que serviram, associadas às três categorias de sujeito (SNs, pronomes pessoais ou demonstrativos e pronomes relativos), como parâmetro para identificar semelhanças e diferenças entre as traduções. A análise foi encaminhada a partir dos dados gerais do conjunto dos textos, passando pelos dois agrupamentos tipológicos, até chegar aos dados de cada texto em particular.

Essa pesquisa não pode ser vista como conclusiva, mas como indicativa para o encaminhamento da avaliação do alcance explanatório dos modelos vigentes em Tradução. Assim, alguns pontos serão levantados à luz dos dados empíricos.

O primeiro ponto a ser discutido é a questão da recuperação, ou seja, da tradução do sujeito lingüístico nas cinco traduções pesquisadas. Como a corrente não estruturalista não considera a existência de marcas formais e explícitas que norteiem uma leitura, torna-se necessário verificar se o sujeito gramatical é ou não sistematicamente recuperado em traduções. Os dados não dão margem a dúvida: em apenas 62 frases, das 1170 analisadas, o sujeito não foi identificado e traduzido. (1) Os dados indicam, assim, que os elementos lingüísticos formais são básicos para a produção do tradutor. Há regras lingüísticas e, ainda que não sejam suficientes para a determinação do sentido, são condições necessárias para uma leitura. Em outras palavras, há uma máquina sintática por trás da produção dos tradutores. Após essa consideração, foi possível analisar os três pontos em que as duas correntes discordam.

Em relação à concepção do processo tradutório, os resultados da pesquisa mostram que tanto é difícil aceitar que tradução seja resgate, quanto aceitar que seja sempre criação de significados por parte do tradutor. Os dados gerais da pesquisa levam a esse impasse, ou seja, à dificuldade de aceitação das concepções de ambas as teorias. As cinco traduções analisadas apresentam a recuperação do sujeito como primeira tendência geral. Como o deslocamento e a não recuperação do sujeito tiveram o mesmo índice (7% das frases analisadas), verificou-se que há uma diferença em relação às tendências relacionadas à categoria gramatical que exerce a função de sujeito: os sujeitos SNs tendem ao deslocamento para outras funções gramaticais, enquanto os sujeitos pronominais tendem à não recuperação (2). Esse fato foi constatado tanto no agrupamento de traduções do texto literário, quanto no do texto científico. Esses resultados indicariam a possibilidade de resgate de características sintáticas por parte dos tradutores, não fosse outro dado: atrás dessa regularidade, há especificidades em cada uma das traduções. Verificou-se que, de acordo com o tipo de sujeito, os dois agrupamentos de traduções apresentam uniformidade em relação às duas primeiras tendências gerais; quanto às terceira e quarta tendências de cada tipo de

sujeito, cada agrupamento apresenta resultados diferentes. Da mesma maneira, dentro de cada um dos agrupamentos, todas as traduções seguem as duas principais tendências, mas, em relação às terceira e quarta posições, cada um dos textos individuais apresenta uma singularidade. Assim, por exemplo, o agrupamento das traduções literárias apresenta, em relação aos sujeitos SNs, na terceira posição, a não recuperação e, na quarta, as ocorrências intermediárias; uma das traduções (B) segue essa tendência; na segunda tradução (C) não há ocorrências intermediárias; e a terceira tradução (D) apresenta as tendências invertidas.

O fato de terem sido detectadas essas diferenças individuais, mesmo que a maior parte delas seja relacionada às terceira e quarta posições, não é facilmente explicado pela corrente teórica de base lingüística. Qualquer tipo de comportamento irregular teria que ser explicado por esta teoria, que pressupõe que haja resgate, recuperação de dados explícitos ou implícitos pelo autor. E as discrepâncias em relação à média só podem ser julgadas, por essa corrente, como problema individual do tradutor. Seriam, inevitavelmente, consideradas como desvios em relação ao texto original.

Por outro lado, a corrente não estruturalista esperaria que só se detectasse esse tipo de comportamento individual. As tendências gerais detectadas é que são problemáticas, em termos explanatórios, para esta teoria.

Esses dados remetem tanto à questão da língua(gem) como base da produção do tradutor, quanto à questão do foco da compreensão ou da interpretação. Os dados revelam que não se pode colocar o autor do texto original como o foco da compreensão, porque o tradutor se revela como atuante, como aquele que seleciona, opta. O tradutor não deve ser encarado como o elemento neutro que sempre busca resgatar as intenções de um autor, porque os dados mostram que ele é que julga e cria soluções.

Mas também não pode se colocar o leitor como foco da interpretação. A homogeneidade das tendências principais não corrobora esta afirmação. Os pontos coincidentes nas diversas traduções mostram que o leitor não é tudo, e os pontos divergentes entre elas revelam que o texto original também não é tudo. Os dados mostram que, por trás da média, das tendências gerais poderiam ser relacionadas ao resgate, à identificação, não há mecanicidade. Há seleção por parte do tradutor, em relação ao dado que vai ser recuperado, e há opção em relação à maneira pela qual esse dado vai ser apresentado. Não há só homogeneidade, como esperariam os defensores da corrente lingüística, mas também não há tanta heterogeneidade, como esperariam os não estruturalistas. A relação entre o tradutor e a língua(gem) não é totalmente estável, mas também não parece ser totalmente dependente da comunidade interpretativa em que ele se insere.

Os dados mostraram que é problemático conceber a tradução como resgate, mas é igualmente problemático concebê-la como criação de significados vinculados à formação do tradutor. Apesar de a língua(gem) ser um fator mais ou menos estável, parece haver equilíbrio precário no relacionamento autor/língua(gem)/tradutor, em que a cada momento um dos fatores parece pesar mais que o outro.

O impasse gerado pelas posições defendidas em relação aos dois primeiros aspectos divergentes tem como ponto nevrálgico o fato de ambas estarem considerando

pólos extremos e opostos. Por um lado, os autores da corrente de base lingüística estão considerando o significado como resultado previsível da combinação de regras previsíveis, ou seja, pressupõe que a língua seja sistematizável e determinável. As regras lingüísticas seriam determinadas e funcionariam como suporte necessário, fornecendo grande parte das informações para a compreensão de um texto.

Arrojo (3) posiciona-se no lado oposto, considerando apenas a parte não estável da linguagem em que somente os mecanismos sócio-históricos e psicológicos entrariam na composição do significado. Sua posição leva à impossibilidade de qualquer sistematização em relação ao significado, pois as regras lingüísticas não seriam suporte necessário para a origem de uma expressão ou para sua significação.

Verifica-se, de um lado, a posição que argumenta que o autor constitui o sentido, a partir de regras determinadas; do outro, a posição que coloca o leitor como o criador do significado. As posições são extremas, não se considera a possibilidade de um ponto intermediário em que o leitor/tradutor esteja, dependendo das condições, na posição daquele que reconhece um significado constituído por sua apresentação formal, ou, sob outras condições, na posição daquele que cria um significado por ele constituído durante a leitura.

Quanto à terceira questão, a discussão a respeito da tipologia textual, a partir dos dados levantados nada se pode afirmar de conclusivo. Ao mesmo tempo em que alguns indícios levam a crer que as traduções dos diferentes tipos de textos seguiram linhas divergentes, que poderiam vir a ser explicadas pela tipologia, os resultados gerais dos cinco textos não se mostraram diferentes a ponto de se fazer alguma afirmação a esse respeito. Um dos dados é que em ambos os agrupamentos os sujeitos SNs tendem ao deslocamento e os sujeitos pronominais, à não recuperação: se as duas principais tendências são as mesmas, não se pode afirmar que a linguagem empregada em cada tipo seja diferente, ou que sejam diversos os procedimentos tradutórios. Ainda assim, os dados não corroboram a suposição das teorias lingüísticas de que o tradutor de textos científicos buscaria a equivalência textual, relacionada ao conteúdo, e não a correspondência formal, pois este seria elemento secundário. No caso da tradução literária, essas teorias suporiam que o tradutor de textos literários busca preservar tanto os elementos de forma quanto os de conteúdo; esse fato, entretanto, não é evidente na pesquisa empírica. Por exemplo, nestas traduções a porcentagem de deslocamento do sujeito do inglês para outras funções sintáticas em português foi mais alta do que nas traduções do texto científico.

Ainda que seja necessário fazer uma pesquisa mais profunda em relação a esse aspecto, pode-se inferir que a mera distinção instituída entre texto científico e texto literário não é suficiente para abarcar dados de tradução. Os critérios dessa distinção deixam de lado dados que parecem relevantes, como as condições de produção, objetivos dos textos, contexto sócio-histórico de sua leitura, e a própria relação entre o tradutor e o texto.

Por outro lado, ignorar qualquer distinção, em princípio, deixando a decisão para a maneira pela qual o leitor encara o texto, também não parece adequado. Os dados

revelam um indício a esse respeito, ainda que não conclusivo: os resultados referentes à tradução do sujeito nas duas traduções do texto científico estão mais próximos entre si, ou seja, são mais consistentes, do que os resultados referentes às três traduções do texto literário.

Verifica-se que, em relação aos três principais pontos abordados, cada uma das teorias posiciona-se em um extremo, mas nenhuma delas explica adequadamente todos os dados coletados. Embora esta pesquisa não seja conclusiva, os dados indicam algumas direções interessantes. Em relação ao conceito de Tradução, falar em transporte ou substituição de significados de uma língua para outra parece ser uma maneira de mascarar a transformação que ocorre. O processo envolve variáveis subjetivas, lingüísticas e sócio-históricas, o que indica que a transformação pode ser mais ou menos evidente, dependendo da situação. Mas sempre ocorre. E o segundo ponto é decorrente dessa observação: se há transformação, o tradutor não pode ser considerado apenas como o encarregado de resgatar o sentido do texto original, mas como o responsável pela transformação. O tradutor é criador, no sentido de ser aquele que seleciona, entre as várias opções possíveis, a que seja mais adequada, de acordo com as variáveis por ele consideradas. E isso é inquestionável: não foram encontradas duas frases idênticas entre as 1170 analisadas.

Em relação ao terceiro ponto, a questão da tipologia, os dados indicam que o tradutor se comporta diferenciadamente diante de diferentes tipos de texto. Mas não se trata da preservação da forma e do conteúdo em casos de textos literários, ou do conteúdo, no caso de textos científicos. Parece haver outro tipo de relação, o que aponta para a necessidade de uma proposta de diferenciação de textos que seja adequada à área de Tradução, empregando-se como critérios as variáveis envolvidas neste processo específico. Tipologias adotadas de outros campos do saber podem levar a conclusões enganosas.

NOTAS

1. Há outros 20 casos em que os sujeitos não foram recuperados: trata-se, entretanto, de frases inteiras que não foram traduzidas, tendo sido considerados casos de omissão de frase, não de não recuperação do sujeito
2. Exemplos de não recuperação de sujeitos pronominais:
 1. (a) Through one of the broken panes *I* heard the rain impinge upon the earth, the fine incessant needles of water playing in the sodden beds.
 1. (b) Através de uma das vidraças partidas, escutava-se a chuva cair de encontro ao chão – finas e contínuas agulhas de água brincando.
 2. (a) A few people were gathered about the stalls *which* were still open.
 2. (b) Algumas pessoas estavam reunidas próximo às barracas ainda abertas.
3. Exemplos de deslocamentos de sujeitos SNs:
 3. (a) In a few minutes *the train* drew up beside an improvised wooden platform.

3. (b) Parámos poucos minutos depois junto a uma plataforma de madeira improvisada.
4. (a) When we met in the street *the houses* had grown sombre.
4. (b) Quando a criançada se reunia lá fora *as luzes das casas* já estavam apagadas.

RODRIGUES, C. C. – Translation: theories and contrasts. *Alfa*, São Paulo, **34**: 121-128, 1990.

ABSTRACT: This paper is a discussion of the points on which the two main currents in Translation Theory are based: the linguistic-based theory and the post-structuralist and text-based theory. The core points are: the concept of Translation, the focus of the interpretive process of the text to be translated, and the problem of text typology. These problems are analysed in the light of quantitative data related to the grammatical subject collected in three translations into Portuguese from a literary text in English and two translations from a scientific text.

KEY-WORDS: Translation; text typology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARROJO, R. – ‘Pierre Menard, autor del Quijote’: Esboço de uma Poética da Tradução via Borges. In *Tradução & Comunicação* nº 5. São Paulo, Álamo, 1984. p.75-90.
2. ————. – Um Áporo e suas Aporias: Reflexões sobre um Poema de Carlos Drummond de Andrade. In *Tradução e Comunicação* nº 7. São Paulo, Álamo, 1985. p.35-46.
3. ————. – *Oficina de Tradução*. São Paulo, Ática, 1986. (Série Princípios.)
4. CAMPOS, G. – *O que é Tradução*. São Paulo, Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos)
5. CATFORD, J. – *Uma teoria Lingüística da Tradução*. São Paulo, Cultrix, 1983.
6. MOUNIN, G. – *Os Problemas Teóricos da Tradução*. São Paulo, Cultrix, 1975.
7. THEODOR, E. – *Tradução: Ofício e Arte*. 2ª ed. São Paulo, Cultrix, 1983.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- JAY, A. – *Management and Machiavelli*. London, Hodder and Stoughton, 5th impr., 1969.
- – A Criatividade e as Funções do Administrador. In *Diálogo* nº 1, vol. X, 1977. Tradução de Mário Salviano Filho.

Alfa, São Paulo, **34**: 121-128, 1990.

JAY, A – *Maquiavel e a Gerência de Empresas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg.

JOYCE, J. – *Dubliners*. London, Jonathan Cape, 1956.

————— – *Dublinenses*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. Tradução de Hamilton Trevisan.

————— – “Arábia”. In Rubem Braga (org.), *Os Ingleses Antigos e Modernos*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Leitura, 1944. Tradução de Alfredo Mesquita.

————— – “O Bazar”. In Diailas Riedel (org.), *Maravilhas do Conto Inglês*. São Paulo, Cultrix, 1957. Tradução revista por T. Booker Washington.